

# “Acabar com a omissão”

Para a professora Regina Assis, do Departamento de Educação da PUC, especializada na área de creche e pré-escola, é bem-vindo o interesse do governo de atender aos direitos da criança, garantidos na Constituição. Ela lamenta, no entanto, que as 5.000 creches já existentes, que o governo pretende apenas *beneficiar* — o programa não faz menção à construção de novas creches — sejam insuficientes para a demanda revelada nas estatísticas que o próprio plano apresenta.

Regina sente falta também de uma política que traga as creches para a responsabilidade total da rede pública. “O que há hoje é uma série de iniciativas privadas e convênios com a LBA para atender a demanda. É preciso reavaliar os sistemas de convênios para que a rede

pública não se omita ou seja substituída pela rede conveniada”, alerta. Para isso, ela considera que o plano deveria deixar explícito como recrutar, capacitar, apoiar e avaliar profissionais para este fim, e exigir que os profissionais desta faixa de ensino tivessem, no mínimo, o curso normal completo. “Isso não está definido no texto”, diz.

Ela considera equivocado, também, que o plano considere a creche e a pré-escola atenuantes dos problemas de 1º grau. “Quanto mais cedo a criança entrar na escola, melhor, mas não é isso que mudará a qualidade do 1º grau, o que só ocorrerá quando o 1º grau reavaliar rigorosamente a natureza de seus programas e de seu pessoal, para atender a essa complexa população infantil brasileira”, diz.